

Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro:

um panorama das transformações no contexto econômico, social e administrativo

Giomar Viana

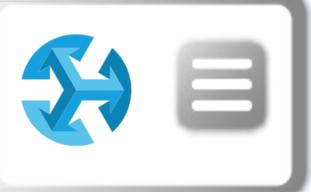
Zoraide da Fonseca Costa

Introdução

Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro: um panorama das transformações no contexto econômico, social e administrativo dos professores Giomar Viana e Zoraide da Fonseca Costa

Sumário

- Apresentação
- 1. Introdução
- 2. Fatores que configuram o Estado Brasileiro até 1930
 - 2.1 Cenário constitucional, econômico, social e administrativo
- 3. Fatores que configuram o Estado Brasileiro entre 1930 e 1964
 - 3.1 Cenário econômico, social e administrativo
- 4. O Período Militar
 - 4.1 Cenário econômico, social e administrativo
- 5. Nova configuração do Estado Brasileiro até o período recente
 - 5.1 Cenário econômico, social e administrativo
 - 5.2 O primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014)
- Considerações Finais
- Referências



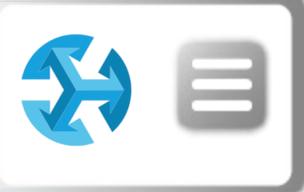
Apresentação

estimados alunos,

Esse material tem como objetivo complementar as informações do livro didático relacionado à disciplina Economia Brasileira. O material está estruturado em tópicos e sub-tópicos que contemplam parte das principais etapas da evolução do Estado brasileiro e dos fatores que determinaram e, em muitos casos limitaram, as transformações no país.

Logicamente, esse material é somente um complemento aos estudos e não inibe a consulta aos mais diversos materiais tais como vídeos, artigos, dissertações e teses que relatam a trajetória do Estado Brasileiro na história.

Deseja-se a todos um excelente e prazeroso aprendizado.

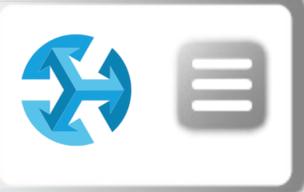


1. Introdução

A evolução do Estado Brasileiro está fundamentada em um conjunto de acontecimentos e transformações que determinaram a trajetória no tempo. Por conta disso, este e-book apresenta parte destas transformações, principalmente em relação ao contexto econômico, social e administrativo do Brasil (mudanças constitucionais).

De forma específica, apresenta-se, mesmo que parcialmente, as principais mudanças que ocorreram desde o início da Proclamação da República no contexto econômico, os principais momentos considerados como período de reforma administrativa da atividade pública e as etapas em termos de alterações constitucionais no Brasil.

O trabalho está estruturado em seis tópicos somados a esta introdução. O segundo e terceiro abordam os fatores que configuram o Estado Brasileiro até 1930 e entre o período de 1930 a 1964. Na sequência apresenta-se o período militar e a caracterização do Estado Brasileiro até o período recente. Por fim, há as considerações finais.



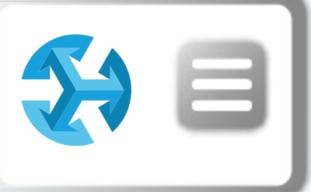
2. Fatores que configuram o Estado Brasileiro até 1930

2.1 Cenário constitucional, econômico, social e administrativo

A evolução do cenário constitucional brasileiro atrela-se ao ano de 1824 quando Dom Pedro I outorga a primeira constituição ao Brasil. As principais características dela são: i) o estabelecimento do denominado poder moderador que colocava o imperador acima dos demais poderes, já que detinha a capacidade de agir quase de forma ilimitada; ii) a caracterização de direitos importantes como “[...] a inviolabilidade dos direitos civis e políticos, o conceito de cidadania, a liberdade de expressão e de religião, entre outras garantias.” (VAINER, 2010, p. 163).

No entanto, a evolução do Estado Brasileiro tem maior ênfase em 1889, quando ocorre uma nova configuração do país a partir da Proclamação da República e da promulgação da Constituição de 1891, com maior influência norte-americana, implicando em diversas mudanças no desenho político-constitucional.

De acordo com Vainer (2010) “A Constituição de 1891 instituiu uma verdadeira tripartição dos poderes.” (p. 167) Cada poder tinha uma função independente, mas desempenhada de forma harmônica. Essa constituição baseava-se em importantes fundamentos como o “[...] abandono do voto censitário e a adoção do voto direto de todos os cidadãos (aberto e reservado somente aos homens).” (p. 168)



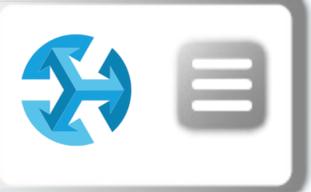
Para melhor compreensão da primeira constituição republicana:



Primeira constituição republicana foi promulgada há 125 anos - CN Notícias

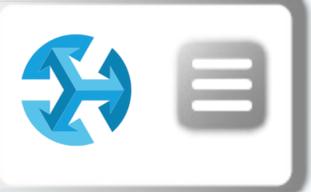
No que se refere à intervenção do Estado no contexto econômico, até o período de 1930, menciona-se que “[...] a participação do Estado na economia brasileira, tanto no Império como nos primeiros anos da República, foi de caráter não intervencionista.” (idem, p. 187).

No período, as receitas do governo são, em grande parte, fundamentadas nos impostos sobre a importação, de modo que a atuação concentrava-se “[...] nos setores de transportes, serviços portuários e, em menor escala, no serviço financeiro.” (ibidem, p. 190).



Já no início do século XX “[...] o governo também começa a intervir no setor de comércio exterior.”, exercendo maior presença em setores específicos, como da produção de café, influenciando em questões como: i) a política de estabilização dos preços; ii) política alfandegária; iii) a formação de estoques para regular o mercado; iv) uma infraestrutura de transportes e portuária para atender o escoamento da produção; e, v) uma política migratória para suprir a demanda por mão de obra na atividade, caracterizando, portanto, o modelo primário-exportador brasileiro do período (ANTUNES, 2014, p. 22).

No período, no contexto social, há a existência de uma classe social que detém poder econômico maior, os produtores de café, localizados na região sudeste. E na região amazônica ocorre a produção de borracha, o segundo produto de exportação brasileira até 1910. Há regiões que progridem muito, mas há outras regiões do Brasil extremamente pobres, localizadas nos estados do Nordeste, com uma população marginalizada que serve de mão de obra barata para grandes proprietários de terras. Uma grande discrepância que impede, até hoje, melhor distribuição de renda, é o uso da mão de obra escrava durante 300 anos no Brasil. E quando a escravidão terminou, os escravos ficaram à margem, sem nenhuma integração à sociedade brasileira.



3. Fatores que configuram o Estado Brasileiro entre 1930 e 1964

3.1 Cenário econômico, social e administrativo

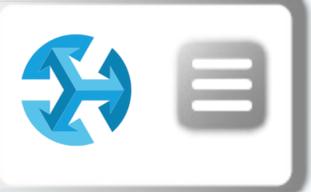
No contexto econômico, de acordo com Antunes (2014, p. 22-23) devido à crise mundial de 1929, o poder regulamentador do Estado na economia brasileira tem maior participação a partir da década de 1930, especialmente com o intuito de “[...] proteger a economia nacional dos impactos da depressão e acelerar o processo de industrialização,[...]” que ocorre por meio da substituição das importações.

Para compreender melhor os fatores determinantes da crise de 1929:



A CRISE DE 1929 | Starbox Foundation

Nesse período também ocorre certa regulamentação das relações capital/trabalho, principalmente a partir legislação trabalhista, da fixação do salário-mínimo e da regulação dos demais fatores de produção, propiciando o início de uma conjuntura de transição direcionada ao capital industrial e à industrialização nacional. Fatores como a criação de grandes companhias como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Vale do Rio Doce na década de 1940 e a criação da Petrobrás, em 1953, são exemplos desse processo.



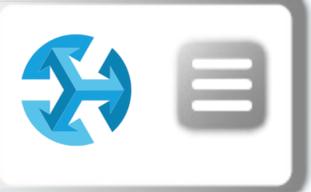
Para dimensionar a importância da criação desse empreendimento nesse período:



Nasce a Petrobras - 1953

Na década de 1950 com a estratégia de desenvolvimento por meio do Plano de Metas, no governo de Juscelino Kubitschek, há a entrada de recursos estrangeiros por meio de empréstimos, financiamentos e investimentos o que permite a instalação de novas empresas na produção de bens duráveis, como exemplo as do setor automobilístico. No período a economia brasileira fica marcada pela alteração e ampliação da estrutura produtiva, pelo avanço tecnológico, pela diversificação industrial e aumento da participação do Estado na atividade econômica “Estado torna-se o responsável pela articulação entre o capital privado nacional, o capital estrangeiro e o próprio setor governamental.” (ANTUNES, 2014, p. 24).

Como consequência do processo, principalmente no início dos anos de 1960, há um aumento da pressão inflacionária, uma queda dos investimentos e um aumento do endividamento externo, demandando medidas subsequentes para obter a estabilização econômica.

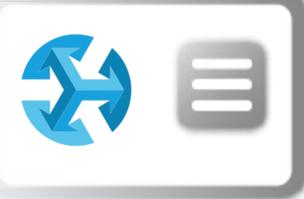


Quanto ao contexto administrativo, de acordo com Ribeiro *et. al.* (2013), a partir de 1930, principalmente com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, ocorre a primeira tentativa de reformar a administração pública brasileira, o que se dá devido ao clientelismo, ao nepotismo e à corrupção já existente no período anterior.

Esse processo é concretizado por meio da criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), da instituição do concurso público, e de regras e cursos para a formação dos servidores. Além disso, há diversas conquistas sociais como leis trabalhistas, o voto secreto e o direito de voto para as mulheres, fase denominada Reforma Burocrática.

No que se refere ao âmbito constitucional, foram implantadas três constituições, a de 1934, a de 1937 e a constituição de 1946 (VAINER, 2010).

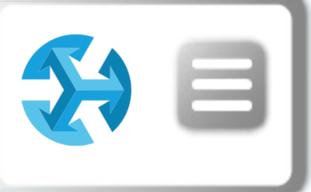
De acordo com Vainer (2010,) “[...] a democracia implantada na constituição de 1891 tinha caráter meramente ilustrativo, haja vista que, através do voto de cabresto, o que se instituiu no Brasil foi uma verdadeira oligarquia, dominada pelos Estados de Minas Gerais e São Paulo.” (p. 171) Tal fato gera uma grande insatisfação por parte da população que demanda maior participação política e legitimidade nas votações.



Para tanto, questões como o voto secreto e a inserção das mulheres como eleitoras torna-se cada vez mais necessário para dar maior seriedade ao processo. Somado a isso, fatores como a crise mundial de 1929, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e as denominadas revoltas constitucionalistas que ocorrem em São Paulo culminam na elaboração da constituição de 1934.

Nessa constituição constam mudanças importantes: i) inserção do voto secreto e o direito de voto às mulheres; ii) a instituição da Justiça Militar e Eleitoral como órgãos do Poder Judiciário; iii) a criação de normas reguladoras da ordem econômica e social, da família, da educação e cultura e da segurança nacional; iv) o reforço na tripartição dos poderes; v) a instituição dos ministros de Estado e do Presidente da República com a responsabilidade pessoal e solidária. (VAINER, 2010, p. 172).

No entanto, a constituição de 1934 tem curta vigência, uma vez que em 1937, Getúlio Vargas, argumentando perigo eminente da ascensão do comunismo no Brasil, realiza um golpe de Estado e outorga a constituição de 1937, conferindo amplos poderes ao Presidente da República. “[...] o Senado havia sido extinto e o Poder Legislativo podia a qualquer momento ser colocado em recesso pelo presidente da república.” (*idem*, p.176). Além disso, decisões advindas do judiciário, por exemplo, podiam ser rejeitadas pelo Presidente da República e pelo Legislativo, caracterizando, portanto, um “[...] retrocesso para o Estado democrático de Direito.” (VAINER, 2010, p. 178).



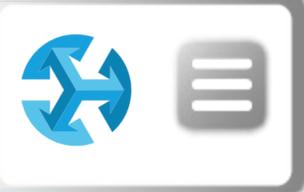
Para conhecer os desdobramentos da Constituição de 1937 e os direcionamentos dados pelo Governo de Vargas no Estado Novo, verifique abaixo:



Constituição de 1937

Com o fim da segunda Guerra Mundial (1945) e saída de Vargas do poder, o Presidente Dutra convoca a Constituinte, aprovando nova Constituição em 1946. Tal constituição caracteriza-se por maior “[...] proteção aos direitos dos indivíduos, amplo acesso ao poder judiciário, direito de greve, mandado de segurança como garantia, a vedação de morte, de banimento, de confisco e a de caráter perpétuo.” (VAINER, 2010, p. 178-179).

Além disso, essa Constituição valoriza mais o federalismo por meio da “[...] garantia à autonomia dos Estados e à valorização do Município.” (VAINER, 2010, p. 179), a limitação do Poder Executivo, a previsão de eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, voto universal e secreto, o retorno do Senado às atividades e o fortalecimento do Poder Judiciário.



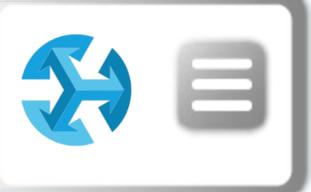
4. O Período Militar

4.1 Cenário econômico, social e administrativo

A partir do Golpe Militar, ocorrido em março de 1964, inicia-se no Brasil o denominado Regime Militar. No âmbito econômico, em seu início (1964-1967) ocorre uma fase de ajuste na conjuntura econômica brasileira (ajuste fiscal, contenção de gastos públicos, aumento da carga tributária, entre outras medidas, que resultaram em melhor controle da inflação, da dívida externa e estímulo ao crescimento econômico. Desse modo, parte dos desdobramentos dessas medidas permitiram a retomada do crescimento econômico, no período subsequente.

De acordo com Antunes “[...] no período de 1968 a 1973 o governo retoma os investimentos em importantes áreas de infraestrutura como a de energia, de transportes, de comunicações, de siderurgia e de mineração e, na área social, por meio de investimentos em urbanização e saneamento básico.” (2014, p. 25), resultando em um período denominado de milagre econômico. Para financiar parte dos investimentos, o governo se utiliza do endividamento externo, propiciado pela expansão e excesso de liquidez no mercado internacional, na época.

Em 1974 completa-se a fase do processo de industrialização para substituir as importações, iniciado na década de 1950. Porém, como consequência da expansão industrial, o Brasil torna-se cada vez mais dependente da importação de petróleo (ANTUNES, 2014).



O resultado é que o Brasil consegue importantes avanços na estrutura produtiva (metalúrgica, têxtil, elétrica, química e de alimentos). Porém, com o aumento da participação do Estado na atividade econômica e os estímulos dados ao setor privado por meio da política fiscal e a forma de concessão de crédito influenciam no desgaste das contas públicas e no elevado aumento da dívida externa. (ANTUNES, 2014).

Para verificar, de forma sintetizada, como ocorreu o processo de industrialização no Brasil, verifique o vídeo abaixo:



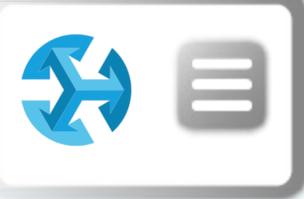
Industrialização Brasileira

Desse modo, fatores advindos do período anterior como a elevada dependência da importação de petróleo, o descontrole nas contas públicas, elevada dívida externa e o cenário externo desfavorável causaram um período de estagnação econômica na década de 1980.

Na década de 1970, ocorre o denominado choque no preço petróleo, fazendo com que muitos países sofressem o reflexo desse processo. Veja como isso ocorreu no link abaixo:



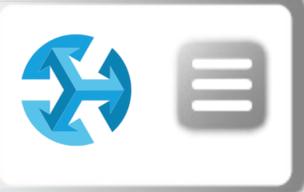
Choques do petróleo



No contexto administrativo, de acordo com Ribeiro *et al*, (2013) o período militar caracteriza-se pela segunda reforma administrativa do Brasil. Para os autores, uma das principais medidas adotadas é a descentralização das atividades do setor público com a criação de órgãos da administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), gerando maior autonomia e a possibilidade de delegar atividades específicas. Tal fator determina maior dinamismo do setor público tanto na esfera federal como na estadual e municipal, minimizando o nível de burocracia existente “[...] planejamento e o orçamento também foram instituídos como princípios da administração pública.” (RIBEIRO *et al*, 2013, p. 4).

Outro importante passo dado para a reforma da administração pública é o Programa Nacional de Desburocratização (PND). Criado pelo governo de João Figueiredo, o plano objetiva minimizar a burocracia que os cidadãos encontram quando demandam os serviços públicos, como a redução de exigências para abertura de novos empreendimentos, entre outros. (RIBEIRO *et al*, 2013, p. 5). Tal programa obtém pequenos avanços. No entanto, retomado em 2000 é extinto em 2005 com o surgimento do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GES-PÚBLICA), ainda existente.

De acordo com Vainer (2010) a partir do golpe militar de 1964 a Constituição em vigor, aprovada em 1946, atende cada vez menos ao contexto que os militares demandam e muitas emendas foram inseridas a ela. Assim, sob o a justificativa de preservar a segurança nacional é outorgada a Constituição de 1967, conferindo amplos poderes ao Executivo Federal, o Presidente da República. Como consequência há forte valorização da União, em detrimento de determinadas competências, anteriormente outorgadas aos municípios.

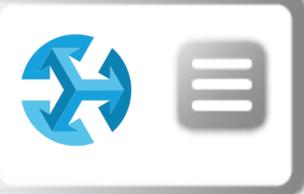


Fatores como a falta de popularidade e abusos de poder resultam em insatisfações e diversas manifestações da população. Devido a isso, em 1968 é editado o Ato Institucional n. 5, que conferia

[...] plenos poderes ao Presidente da República, permitindo-lhe o fechamento das casas do Poder Legislativo em todos os níveis da federação, cassar mandatos e suspender, por dez anos, os direitos políticos dos parlamentares contrários ao regime, bem como suspender as garantias do poder judiciário e suspender a garantia do habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e a economia popular. (VAINER, 2010, p. 182-183).

A decisão se mantém até que, em 1979, o governo militar de Figueiredo promove a anistia para os indivíduos condenados por crimes políticos, permitindo o retorno de diversas pessoas exiladas durante a ditadura militar, gerando um contexto que fortalece a oposição ao regime militar.

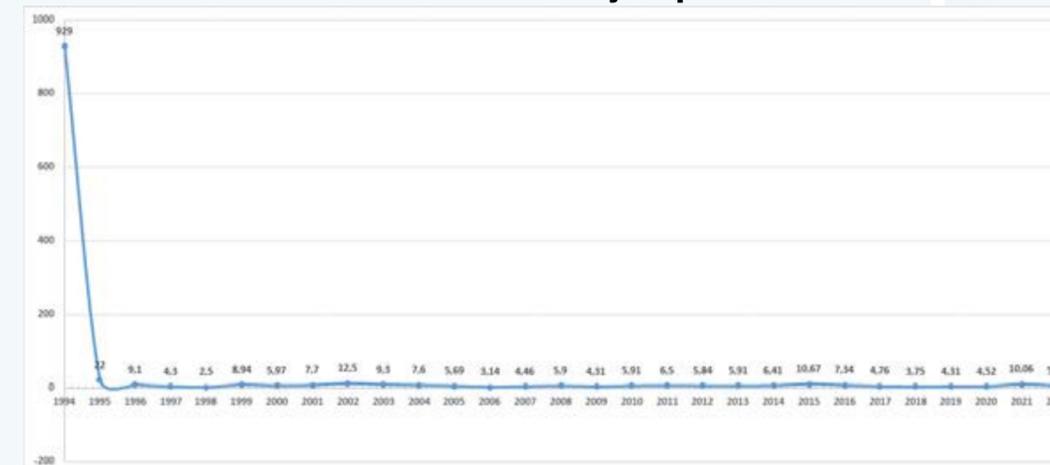
Entre 1964 e 1985, o Brasil foi governado por militares que se revezaram no poder, sendo o período de repressão por meio dos temidos Atos Institucionais (AI's) que retiravam direitos e institucionalizavam a violência do Estado por meio da censura. Castelo Branco lança o Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG, levando a economia ao chamado Milagre Econômico (1968-1973), caracterizado pelas maiores taxa de crescimento do produto interno bruto - PIB, acompanhado pelo crescimento da economia mundial. Foi um período de crescimento econômico, mas com grandes problemas: a dívida externa e interna aumentou substancialmente, houve um crescimento considerável da inflação, desequilíbrio na distribuição de renda e, com isso, o aumento da desigualdade social, pois houve mais investimento em capital físico, com pouca ênfase em educação.



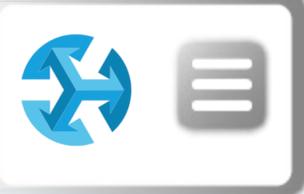
Em 1984, mesmo com o amplo movimento das Diretas já, ocorrem eleições indiretas que levam à Presidência Tancredo Neves, gerando expectativa, na população, de que o governo permitisse um ambiente de mudança, com a redemocratização, abertura política e convocação para a elaboração de uma nova constituição. No mesmo ano, Tancredo Neves adoece e morre. Quem assume é o Vice-Presidente José Sarney, que convoca Assembleia Constituinte para formular a proposta de Constituição que, depois de amplos debates, é promulgada em 5 de outubro de 1988 (VAINER, 2010).

A República brasileira democrática, começa a ser construída em 1985, a Nova República, como costuma ser tratada na historiografia. Foi um período de muita transformação, com diversos planos de estabilização econômica de combate à inflação: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991), Real (1994). É um período da Economia Brasileira que trouxe discussões e transformações sobre privatizações, mudanças de estratégia de comércio internacional, fluxos de recursos externos no país, dívida pública e o controle inflacionário. O gráfico 1 apresenta a série histórica da taxa de inflação, pós Plano Real.

Gráfico 1: Taxa de inflação pós Plano Real



Fonte: Elaboração própria..



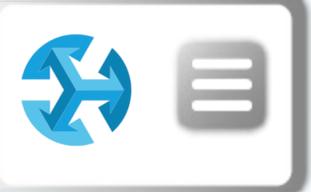
Já o quadro interativo apresenta todos os planos econômicos heterodoxos (1985/1994), com as principais medidas e os principais resultados.

Quadro Interativo 1: Planos econômicos heterodoxos



Veja o quadro em forma de tabela aqui

Fonte: Elaboração própria baseado em GREMAUD, A. P. et. al.: Altas, 2002.



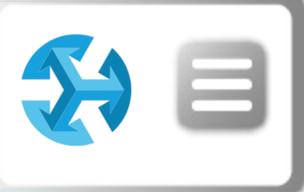
5. Nova configuração do Estado Brasileiro até o período recente

5.1 Cenário econômico, social e administrativo

Em 1990, com o “[...] esgotamento financeiro do Estado e a necessidade de redução do déficit público.” (ANTUNES, 2014, p. 19), o Governo Collor rompe o modelo de crescimento fundado na elevada participação do Estado e na proteção tarifária, iniciando um processo de privatização de diversas companhias estatais como as vinculadas ao setor petroquímico e siderúrgico e o estímulo à maior competitividade brasileira por meio de “[...] investimentos em pesquisa e a abertura econômica às importações, eliminando barreiras tarifárias.” (p. 27).

Em 1994, inicia-se o processo de implantação do Plano Real, visando o controle da inflação. Esse plano descarta medidas que desencadeiam o fracasso de planos anteriores como o congelamento de preços. Na ocasião está à frente do Ministério da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, de modo que o sucesso obtido na implantação do Plano Real, permite-lhe tornar-se Presidente da República, em 1995.

Assim, acontece a continuidade do processo de desestatização da máquina pública, iniciado com o governo Collor, em 1990. O governo Fernando Henrique Cardoso cria agências de controle e regulação para a maioria dos empreendimentos privatizados, como os de telefone, energia, entre outros. Há a expansão de políticas sociais. Devido à política econômica adotada em termos de altos juros e taxa de câmbio valorizada há a sobrevalorização do setor financeiro, prejudicando parte das atividades produtivas e comerciais no país.

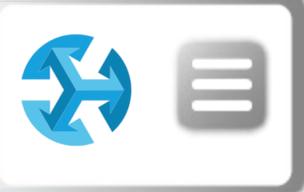


O Plano Real contou com várias etapas: renegociação da dívida externa e suspensão da moratória; âncora fiscal, com a criação do Fundo Social de Emergência (FSE), mudança para a nova moeda, por meio da criação de uma unidade de conta, a Unidade Real de Valor (URV), nova moeda o Real, criação da âncora cambial com a abertura da economia e valorização da moeda, ação de um extenso programa de desestatização da economia, medidas voltadas para reforma da Previdência Social (SOUZA, 2008).

O Plano Real apesar de conquistar o principal objetivo, a redução da taxa de inflação, teve que lidar com vários períodos de turbulência como crises internacionais, fuga em massa de capitais, inflação e recessão. Assim, o governo FHC teve que mudar a política de combate à inflação, pois a âncora cambial já não podia ser o principal instrumento de controle da inflação. Diante das dificuldades o então presidente do Banco Central, Armínio Fraga, pratica o Sistema de Metas de Inflação (SMI) em 1999, seguindo o exemplo de países como Reino Unido, a Suécia e a Nova Zelândia

Em 2003, o governo Lula dá continuidade à política econômica já desenvolvida por Cardoso, no sentido de combater a inflação e realizar o ajuste fiscal, de modo que em 2007 lança o

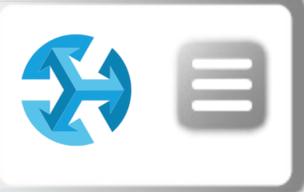
Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) com o intuito de acelerar o crescimento do investimento global da economia de forma sustentada, [o que] contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais. Nesse período também ocorre uma expansão no crédito direcionado às pessoas físicas e nos desembolsos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). (ANTUNES, 2014, p. 27).



O ano 2009, caracterizado como período de menor crescimento econômico do Governo Lula, apresenta os fatores determinantes da política monetária influenciada por incertezas e desequilíbrios do mercado externo, provocando choques de oferta negativos, mas contornados por condução de política monetária e fiscal expansionista, que atua nos efeitos primários para equilíbrio da taxa de inflação e finanças públicas, com o intuito de estabilidade econômica.

No contexto administrativo Ribeiro *et al* (2013) mencionam que, com a promulgação da Constituição de 1988, ocorre a terceira reforma administrativa, que restabelece as bases da democracia e reduz as práticas do patrimonialismo, permitindo a inserção de instrumentos que reforçam a descentralização das ações de governo. Além disso, propicia o incentivo à “[...] municipalização da gestão pública, concedendo maiores poderes aos municípios e estimulando a criação dos Conselhos Municipais em diversas áreas do interesse público. (ABRUCIO, 2007 *apud* RIBEIRO *et al*, 2013, p. 5).

A quarta reforma administrativa é iniciada no governo Collor na década de 1990, com a desestatização e redução dos gastos públicos e o enxugamento da máquina administrativa, procedimentos que continuam no governo de Cardoso, em 1995, com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), extinto em 1999, absorvido pela Secretaria de Gestão (RIBEIRO *et al*. 2013).

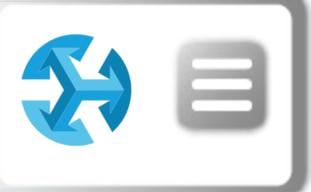


Em síntese, na análise de Ribeiro *et al* (2013, p. 12), mesmo havendo um contexto de profundas transformações na administração pública brasileira, ela permanece inacabada, uma vez que diversos fatores influenciaram e influenciam para que ocorram reformas concretas e objetivas, dentre eles: i) formato das reformas, que correram de modo pragmático, conduzidas por meio de formalidades, fazendo com que a legislação fosse mais importante que a implementação; ii) a ausência de identificação das prioridades das reformas e das metas; iii) o perfil das políticas de reformas sem transparência e fechadas e iv) o formato implementado, promovendo reformas descontínuas.

5.2 O primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014)

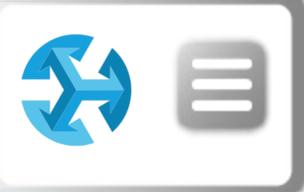
Em 2011, inicia-se o governo Dilma, eleita com apoio do governo anterior (Lula) direcionado para a continuidade do regime macroeconômico em termos de sistemas de metas de inflação, manutenção do superávit primário e taxa de câmbio flutuante (PINTO *et al.*, 2016).

Desse modo, medidas econômicas, adotadas pelo governo Lula para enfrentar a crise internacional de 2007, são mantidas. Entre tais medidas menciona-se a ampliação do crédito, o aumento do salário-mínimo, a ampliação de programas de transferência de renda, a continuidade do Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, a manutenção do Programa Minha Casa Minha Vida e a elevada atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



No início do mandato, Dilma toma medidas específicas como a demissão de ministros envolvidos em corrupção, a redução da taxa de juros e a desvalorização cambial a partir de bandas não explícitas. Por outro lado, o governo também reduz as tarifas de contas de energia elétrica e mantém os preços do combustível, (mais distante dos preços praticados no mercado internacional), medidas que influenciam de forma negativa o nível do desempenho econômico brasileiro.

Somado a isso, no início do governo Dilma é lançado o Plano Brasil Maior, com uma série de medidas que têm como fundamento aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir da desoneração de impostos de diversas categorias, como a redução da alíquota do imposto sobre os produtos industrializados (IPI) na categoria de automóveis, linha branca e móveis, dentre outros e a manutenção do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), fomentado principalmente pelo BNDES e Petrobrás. Tais medidas não apresentam o efeito desejado, uma vez que o PIB cresce de maneira moderada, fato que favorece, mesmo assim, a manutenção do emprego e da renda, principalmente nos dois primeiros anos do mandato (PINTO *et al*, 2016).

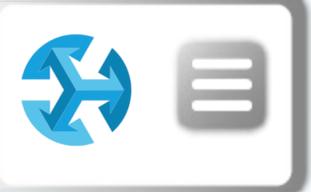


No caso do ano de 2014, caracterizado pelo menor crescimento da economia no governo Dilma, cujo PIB atinge 0,1%, os riscos para a política monetária de controle inflacionário vêm de choques de oferta negativos, causados pela concessão de aumentos de salários incompatíveis com o crescimento e a elevada variação dos índices de preços ao consumidor, causados por pressões localizadas no segmento de alimentos *in natura* e, também, pela depreciação e a volatilidade da taxa de câmbio.

No entanto, na segunda metade do mandato, o governo Dilma tem dificuldades para canalizar investimentos públicos e privados e alavancar o crescimento econômico, gerando problemas para manter as medidas de incentivo econômico adotadas anteriormente e manter o superávit primário previamente estabelecido.

Esse cenário também é visualizado na desaceleração do consumo das famílias, estimulado em um período anterior e próximo ao limite em termos de capacidade de endividamento e a maior restrição ao crédito devido à elevação na taxa de juros (CONTRI, 2014).

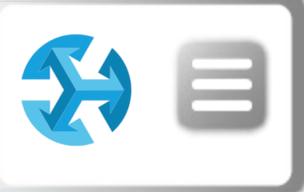
Fatores como o endividamento das famílias, a alta da taxa Selic e a redução do nível de confiança no país, por parte dos empresário-investidores, causam a desaceleração econômica que se acentua, pressionando as contas públicas a partir de juros mais elevados e pela queda na arrecadação. Além disso, há a questão ligada aos problemas financeiros da Petrobrás, cada vez mais evidenciados com a operação Lava Jato e com a queda do preço internacional do Petróleo.



Diante disso, o governo tem poucos instrumentos para o incentivo ao crescimento econômico pois, induzindo o investimento a partir de isenções, reduz, por consequência, o nível de receita, causando impacto direto na meta, por ele mesmo estabelecida, de superávit primário e no nível de endividamento externo, questão que já ocorre por meio dos empréstimos subsidiados, advindos do BNDES.

Por outro lado, no contexto político, o governo também perde crédito devido à dificuldade cada vez maior de diálogo, junto aos deputados e senadores, inibindo a aprovação de propostas de governo.

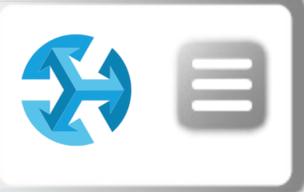
De acordo com o BACEN (2014), o Copom tenta manter a taxa de juros constante. Mas o fato de a inflação encontrar-se em patamares elevados durante o ano, reflete, em parte, a ocorrência de dois importantes processos de ajustes de preços relativos, na economia: realinhamento dos preços domésticos em relação aos internacionais e realinhamento dos preços administrados em relação aos livres. Diante de um quadro de inflação acirrada há a necessidade de elevação das taxas de juros Selic que passam de 10,00% a.a. para 11,75% a.a. e a redução da concessão de crédito, em expansão desde 2010.



O mercado internacional não está favorável para estimular o crescimento do produto interno bruto brasileiro, gerando impactos negativos à economia brasileira. Também há diversas críticas ao governo, por canalizar políticas de indução ao consumo e não ao investimento, por desencadear o aumento dos salários sem o aumento da produtividade e à política econômica adotada em antecipar receitas e postergar despesas, alterando a análise quanto à relação superávit primário/PIB e colocando em cheque a transparência e credibilidade das contas públicas e a própria sustentação do processo, no longo prazo (CONTRI, 2014).

Assim, ao final do primeiro mandato do governo Dilma, diversos fatores influenciam o segundo mandato, dentre eles o baixo crescimento econômico, com perspectivas de recessão para os períodos subsequentes e a dificuldade que o governo demonstra em articular uma base junto aos deputados e senadores, os avanços e desdobramentos da operação Lava-Jato, os aspectos relacionados à postergação de despesas e antecipação de receitas e a dificuldade em reconstruir uma plataforma de governo concreta e eficiente. (PINTO *et al*, 2016).

Por fim, no ano de menor crescimento econômico do Governo Dilma, os fatores de risco provocados pelos choques de oferta e demandas negativos não são contornados pela política monetária, resultando na taxa do PIB em desaceleração e na inflação persistente. A pressão do afrouxamento e constante desequilíbrio da política fiscal se soma aos equívocos das decisões de variação das taxas de juros, desestimulando o crescimento econômico, em nome do controle inflacionário.



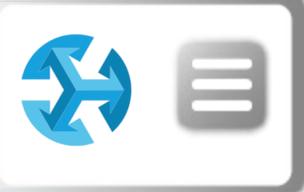
Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo apresentar um panorama da evolução do Estado Brasileiro caracterizando parte dos principais fatores econômicos, sociais e administrativos que influenciaram o processo.

Observa-se que, seja a partir de um maior ou menor nível de intervenção, a presença e as ações do Estado foram fundamentais para a promoção e o crescimento da atividade econômica, de forma que o Brasil avançou, e muito, em diversas questões, o que é percebido nas diversas mudanças, reformas e transformações ocorridas na administração pública, no âmbito econômico e constitucional, nas ações da gestão em saúde relatadas e em todo o conteúdo abordado na disciplina. Além disso, observa-se que, mais recentemente, o Estado corrige parte das disparidades sociais no país, visando maior inclusão social.

No entanto, diversos fatores ainda assombram o país, como exemplo, a alta concentração de renda, o risco de inflação fora das metas previamente estabelecidas, a elevada dívida externa (que se amplia), o mau uso do dinheiro público e, em inúmeros casos, a falta de uma gestão integrada e eficiente.

Por conta disso, ainda há muito por fazer, pois o Estado Brasileiro está em constante transformação. Cabe aos cidadãos brasileiros, aos gestores públicos e a toda sociedade, agir para que as transformações sejam em favor de um país melhor, com maior acesso à educação, saúde de qualidade e a eficiência e comprometimento do serviço público.



Referências

ANTUNES, F. da S. A importância do papel do Estado na atividade econômica. **A Economia em Revista**, AERES, v. 22, n. 1, jul. 2014. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Econ-Rev/article/view/21272/pdf_3. Acesso em: 22 mar. 2017.

Banco Central do Brasil - BACEN. **Decomposição da inflação de 2014**. Brasília, D.F.: BCB, 2014.

CONTRI, A. L. Uma avaliação da economia brasileira no governo Dilma. Indicadores Econômicos. **FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 4, p. 9-20, 2014. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/3074/3446>. Acesso em 21 mar. 2017.

GREMAUD, A. P. *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2002.

PINTO, E. C. *et al.* **A economia política dos governos Dilma, acumulação, bloco no poder e crise**. Texto para discussão 004/2016. Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2016/TD_IE_004_2016_COSTA_PINTO_et_al.pdf. Acesso em: 21 mar. 2017.

RIBEIRO, L. M. de *et al.* As reformas da administração pública brasileira: uma contextualização do seu cenário, dos entraves e das novas perspectivas. **XXXVII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://200.144.182.143/escolausp/wp-content/uploads/2015/05/Reformas-administra%C3%A7%C3%A3o-p%C3%BAblica-ANPAD-2013.pdf>. Acesso em 2 mar. 2017.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

VAINER, B. Z. Breve histórico acerca das constituições do Brasil e do controle de constitucionalidade brasileira. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 16 jul./dez. 2010. Disponível em: [Artigo_Bruno_Zilberman_Vainer_\(Breve_Historico_acerca_das_Constituicoes_do_Brasil_e_do_Control_de_Constitucionalidade_Brasileiro\).pdf](#). Acesso em: 10 mar. 2017.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ - UNICENTRO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEAD
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UAB

Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro: um panorama das transformações no contexto econômico, social e administrativo – Giomar Viana e Zoraide da Fonseca Costa

Maria Aparecida Crissi Knuppel
Coordenador Geral UAB

Ademir Juracy Fanfa Ribas
Coordenador Geral Curso

Cleber Trindade Barbosa
Coordenador Geral NEAD

Fabiola de Medeiros
Apoio Pedagógico

Ruth Rieth Leonhadt
Revisão

Murilo Holubovski
Designer Gráfico

Pexels/Pixabay
Capa

Aneeque Ahmed /Nounproject
Hafiudin/Nounproject
ProSymbols/Nounproject
Ícones